

Lei contra despejos é difícil

De autoria do Poder Executivo, o projeto suspendendo a execução de sentenças em ação de despejo até o dia 1º de março de 1987, aguarda ainda parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde está desde o dia 29 de abril. As pressões são muitas, tanto de proprietários de imóveis, que assistem à perda gradativa da rentabilidade dos aluguéis ao longo dos últimos três anos, como dos corretores de imóveis, que vêem a medida como um perigo ao seu negócio por um prazo excessivamente longo.

Além disso, a idéia encontra críticas junto aos parlamentares do PDS, PFL e PT, o que seguramente impedirá uma tra-

mitação rápida pelo Congresso, a não ser que um acordo de lideranças resolva a situação mediante alterações de várias ordens.

O PDS por exemplo, considera o projeto "um pouco violento e genérico demais", conforme afirmou o vice-líder na Câmara Bonifácio de Andrada. Sem querer entrar em detalhes, o deputado assegurou estar estudando várias emendas.

Djalma Bessa, do PFL, disse que o prazo nas ações de despejo deve ser aumentado em pelo menos 60 dias, informando que a bancada já estuda emenda neste sentido: "Feito isso, poderemos discutir", disse ele, num tom irônico, de quem tem trunfos debaixo da

manga.

Já o PT tem nas mãos toda as alterações que deverá propor ao projeto. Entre elas, o deputado Eduardo Suplicy aunciou a ampliação da vigência da Lei de 1967 para um período maior, talvez de mais um ou mesmo dois anos; a supressão do item "d" do Artigo 4º, que considera exceção à lei o despejo no caso do locatário necessitar fazer reparações no imóvel, por considerar que o item "dá margem a muitas interpretações"; e a revogação dos itens III e X expostos no Artigo 5º da lei, prevendo que o locatário poderá pedir o imóvel para moradia de ascendente ou descendente, ou para uso próprio.